

## Sintunesp e Adunesp realizam reuniões nas Unidades Experimentais para debater proposta de Resolução

Desde março, o Sintunesp e a Adunesp vêm promovendo reuniões conjuntas nas Unidades Experimentais, com a presença dos três segmentos. O objetivo central é discutir a Minuta da Resolução que regulamenta a Estrutura Organizacional dos Unidades Experimentais, apresentada pela Reitoria, e levantar as sugestões da comunidade.

O descaço com estas unidades tem levado a uma série de distorções, gerando denúncias de abuso de

poder e assédio moral contra servidores e docentes. Um problema comum a todas as Experimentais é o acúmulo de trabalho e desvio de função, decorrente da falta de funcionários. Essa situação vem causando desmotivação e até o pedido de demissão de bons profissionais.

Embora estejam em funcionamento há cinco anos, somente agora a reitoria da Unesp está propondo uma Resolução para disciplinar a gestão e a organização dos Campi Experimentais, em substituição à Portaria 461, de setembro 2005. Vale ressaltar que, em alguns campi, sequer esta portaria vinha sendo seguida.

Embora esta iniciativa seja um avanço, há alguns tópicos preocupantes no texto. Um deles é o que propõe que o Coordenador Executivo da Unidade seja indicado pelo reitor, “a partir de lista tríplice elaborada pelo Conselho Diretor, após consulta à comunidade acadêmica, de acordo com as normas vigentes” e que esta será composta “por dois docentes da Unidade e um de outra Unidade da Unesp”.

Nas Unidades em que já aconteceu a reunião (Sorocaba, Registro, Rosana e São Vicente), houve uma discussão aprofundada sobre a proposta da reitoria, sendo aprovadas algumas sugestões que serão encaminhadas ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), órgão colegiado responsável pela aprovação final da Resolução, em sua reunião de maio. São elas:

1) **Para a escolha de coordenador Executivo da Uni-**



Reunião em Sorocaba: Experimentais querem ser, de fato, parte da Unesp

**dade:** Eleição direta, com candidatos da Unidade.  
2) **Constituição do Conselho de Curso:** oito professores, dois alunos e dois técnicos administrativos no mínimo (quando for para mais, considerar a porcentagem de 15% para funcionários e 15% para alunos);  
3) **Constituição do Conselho Diretor** (que passa a se chamar Conselho Gestor): cinco docentes eleitos entre seus pares, um membro dos sindicatos dos funcionários ou dos docentes (em revezamento, um ano cada um), 15% de funcionários e 15% de alunos.

Também foi unânime em todas as reuniões a sugestão de que a Resolução passe a valer imediatamente após a sua aprovação pelo CEPE.

Nas reuniões, conscientes das pressões e coações que servidores e professores vêm sofrendo nas Unidades Experimentais, os representantes do Sintunesp procuraram deixar claro o apoio sindical e jurídico da entidade. “É inaceitável que isso ocorra em pleno século XXI e a universidade pública tem o dever de fazer com que os direitos, o exercício da democracia e a livre expressão sejam respeitados em instituições que têm o papel de formar cidadãos”, disse Wagner Alexandre, membro da Diretoria Colegiada do Sintunesp, aos presentes. Ele reforçou a importância de fortalecer o Sindicato, através da filiação e da participação nas atividades.

O Sintunesp e a Adunesp estão agendando reuniões nas demais Unidades Experimentais.

## Diretores de base destacam luta pelo reajuste fixo e combate à terceirização como eixos na mobilização

Depoimentos mostram que problemas dos Campi Experimentais repetem-se nas unidades consolidadas

Logo após a assembleia geral do dia 11 de abril, que escolheu a comissão organizadora do VIII Congresso do Sintunesp (veja na página 3), foi realizada uma reunião da direção da entidade, englobando a Diretoria Colegiada e os Diretores de Base.

Foi unânime entre os presentes a necessidade de mobilizar a categoria para a data-base 2008, com destaque para a reivindicação do reajuste fixo de R\$ 200,00 para todos. Os Diretores de Base consideram que a manobra dos reitores em 2007, descumprindo a palavra empenhada sobre o pagamento do reajuste fixo, ficou entalada na garganta dos servidores e deve ser bandeira central na campanha salarial deste ano.

A maioria dos Diretores de Base manifestou sua preocupação com a escalada da terceirização na Unesp. Embora o CADE houvesse aprovado a terceirização apenas em caráter experimental, comprometendo-se a voltar a discutir o assunto, o que se nota é que a Universidade lança mão cada vez mais deste expediente. Isso vem ocorrendo em Guaratinguetá, Rio Preto, Rio Claro, Botucatu e outras unidades.

### Problemas em comum

Os debates mostraram que os problemas enfrentados nos Campi Experimentais – falta de pessoal, sobrecarga de trabalho, pressão das chefias – repetem-se em muitas unidades consolidadas. Em Assis, por exemplo, os representantes demonstraram que a falta de funcionários leva os servidores a trabalharem até nos finais de semana para dar conta das necessidades do serviço, o que deve estar ocorrendo em outras unidades.

### Sem critérios para o ADP

As queixas em relação à Avaliação de Desempenho (ADP) também foram destaque na reunião do dia 11/4. Houve casos bastante conflituosos, como o ocorrido em Bauri, onde um supervisor disse publicamente que a maioria dos servidores era de “vagabundos”. O Sintunesp agiu imediatamente em defesa da categoria, denunciando o fato à direção do campus. Na maioria dos campi, há queixas de ausência de critérios na realização da avaliação e de exclusão dos servidores do processo de discussões. Há casos em que a avaliação é feita por setores alheios ao do servidor.



A reunião serviu de termômetro para a mobilização da data-base 2008

Boca no trombone

### Má administração de escala prejudica servidores da Vigilância

Do diálogo que o Sintunesp vem mantendo com os vigilantes de alguns campi, conclui-se que a má administração da escala do horário de trabalho está gerando discriminação e atendimento diferenciado a este segmento. Estes vigilantes estão sendo lesados, principalmente, na carga horária semanal de trabalho, chegando a cumprir, em alguns casos, até 42 horas sem descanso. Também há situações em que os servidores não têm horário de almoço ou, então, são obrigados a fazer a refeição no local de trabalho, porque não há substituto. Quando reclamam, muitas vezes são ameaçados de advertência por parte da chefia.

Em outras situações, o servidor é prejudicado pela interpretação errônea do contrato de trabalho. Enquanto que, para o conjunto dos funcionários, o mesmo contrato diz que podem (eventualmente) trabalhar aos sábados e domingos, para o vigilante isso é uma obrigação.

Quando há feriados, ocorrem outras distorções. O feriado de 21 de abril é um bom exemplo: enquanto os demais servidores vão trabalhar quatro dias na referida semana, descansando no sábado e no domingo, os vigilantes trabalharão cinco dias ininterruptos para ter direito ao descanso semanal.

O Sintunesp entende a necessidade de preservação e do funcionamento dos serviços essenciais afetos à administração pública, mas ressalta que devem prevalecer os mesmos direitos constantes em contrato de trabalho para as diferentes categorias.

Diante desse quadro, o Sindicato considera importante que aconteça, o mais breve possível, um encontro de vigilantes da Unesp, que permita a troca de experiências e defina propostas no sentido de fazer valer os direitos deste segmento. Além disso, e não menos importante, a entidade abomina a ideia de terceirização do setor, que é extremamente importante para a preservação da segurança e da guarda do patrimônio público.

## Prestando contas: O Sindicato e o Mais Unesp Saúde

O Plano Mais Unesp Saúde teve suas atividades iniciadas em 1999, fruto de um projeto levado adiante por um grupo de servidores da Universidade, com o apoio de algumas Associações e do Sintunesp.

Após alguns anos de atividades, o equilíbrio financeiro do Plano já não existia. A solução encontrada foi procurar uma parceria com a Universidade, buscando um aporte financeiro para honrar compromissos assumidos e atrair a Reitoria, para que patrocinasse servidores de renda mais baixa, viabilizando sua manutenção no Plano.

Assim, em março de 2003, nasceu o novo formato do Mais Unesp Saúde, que passou a utilizar o CNPJ do Sintunesp. O gerenciamento ficou por conta de um grupo de pessoas, tendo a frente o médico Eli Celice Dias, indicado pela Reitoria e aceito pelo Sindicato, além de um grupo de assessores e empresas terceirizadas. Até 2004, o número de usuários já tinha passado de 1.800 para mais de 10.000.

Com o início das atividades do Mais Unesp Saúde, algumas dúvidas surgiram quanto aos procedimentos adotados pelos administradores da época. Algumas críticas foram tornadas públicas. Embora o alvo fosse a administração do Plano, o Sintunesp viu-se comprometido com a transparência dos atos praticados e procurou a Superintendência, por vezes, para se informar do que se passava.

Em 2005, já no seu início, a administração do Plano mudou e algumas rotinas foram adequadas às novas determinações. “Havia uma necessidade de austeridade presente em toda a Universidade”, explica o atual Superintendente do Plano, o Professor-Doutor Trajama Pires da Nóbrega Neto, do campus de São José do Rio Preto.

Nos anos anteriores, o Mais Unesp Saúde havia recebido aportes extras, além do patrocínio destinado a auxiliar os usuários. “Nos primeiros meses, vários ajustes foram feitos, sem comprometer a qualidade do atendimento ao usuário. O equilíbrio financeiro foi conquistado e o Plano passou a procurar resolver seus problemas estruturais, cuja solução é a saída do Sintunesp e a Universidade assumir tal papel”, prossegue o docente.

Entretanto, as críticas feitas no passado ficaram sem um devido esclarecimento, e uma satisfação para a sociedade era necessária. Nesse sentido, o Sintunesp solicitou um relatório financeiro do período 2003/2004 à Superintendência do Mais Unesp Saúde, no que foi atendido. Cumprida essa etapa, o Sindicato interpretou como descabidas algumas ações tomadas pela Superintendência anterior e decidiu, por via judicial, solicitar uma prestação de contas do período acima citado. Essa ação foi a única forma encontrada pelo Sindicato, com amparo legal, para divulgar à comunidade unespiana tudo o que aconteceu no Mais Unesp Saúde, o que será feito ao final de sua tramitação.

O Sindicato é o maior interessado no esclarecimento de todos os fatos e na transparência do uso do dinheiro público. Entretanto, qualquer imprudência por parte do Sintunesp, divulgando antecipadamente informações que possam ser interpretadas como uma condenação prévia, poderá reverter todo o processo e transformar réus em vítimas, vilões em heróis.

Atenção para os seus direitos

## Como fica a Promoção dos que se aposentaram até 30/9/2007?

Em novembro de 2007, a Unesp pagou aos servidores técnicos e administrativos a Promoção referente aos exercícios de 2003 e 2004. Tiveram direito aqueles que atenderam à Meta Avaliação, ou seja, alcançaram os conceitos

“Atingiu o Esperado – AE” ou superior, nos três últimos anos correspondentes ao interstício dos servidores.

Entretanto, os servidores que atingiram a Meta Avaliação para a Promoção, mas se aposentaram até 30/09/2007, não receberam o pagamento, pois era necessário que estivessem em exercício até o dia 1º/10/2007.

Diante disso, o Sintunesp sugere aos servidores técnico-administrativos que estejam nessa situação que recorram à Justiça para receber o pagamento da Promoção que lhe é devido pela Unesp.

Para os filiados ao Sintunesp, é facultado o uso dos serviços advocatícios da entidade para reivindicar esse direito. Para isso, devem entrar em contato com a assessoria jurídica do Sintunesp, pelo fone 014-32349989 ou pelo e-mail [faleconosco@michelaoribeiro.com.br](mailto:faleconosco@michelaoribeiro.com.br). Se preferirem, podem contatar a Coordenadoria Jurídica do Sintunesp pelos telefones 018-97359424 ou 018-36083390 e pelo e-mail [wagner@foa.unesp.br](mailto:wagner@foa.unesp.br). O Coordenador Jurídico é o companheiro Wagner Alexandre, do campus de Araçatuba.

Os que ainda não se filiaram ao Sintunesp poderão obter informações sobre a possibilidade de ingressarem com a ação entrando em contato com a Coordenadoria Jurídica da entidade.

